

**PATRIMÔNIO LOCAL EM QUESTÃO:  
considerações de alunos(as) do Ensino Médio.**

*LOCAL PATRIMONY IN QUESTION:*

*considerations of high school students.*

**Antonio Jeovane Sousa Saraiva<sup>1</sup>**

**Isaíde Bandeira da Silva<sup>2</sup>**

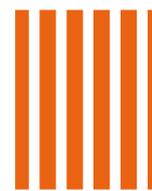
**RESUMO:** Este artigo busca refletir sobre concepções e apropriações do patrimônio local envolvendo os(as) alunos(as) do Ensino Médio, a partir de práticas de educação patrimonial inseridas no processo de ensino e aprendizagem em história, e é parte do resultado de uma pesquisa de mestrado, em que coletamos dados em Rodas de Conversas com trinta e sete estudantes, entre 17 e 19 anos de idade, de uma escola de Ensino Médio no município de Choró-Ceará (2018-2019). Os resultados sinalizam a potência do trabalho com o patrimônio, numa perspectiva crítica, no ensino de história, de modo a contribuir com reflexões e problematizações dos sujeitos envolvidos. Ao mesmo tempo, evidenciam as diferentes concepções dos educandos em relação ao patrimônio local, ou seja, suas contestações, reivindicações e/ou pertencimentos em relação a esses bens culturais.

**PALAVRAS-CHAVE:** Patrimônio; Educação Patrimonial; Ensino de História.

**ABSTRACT:** This article seeks to reflect on concepts and appropriations of local heritage involving high school students, based on heritage education practices inserted in the teaching and learning process in history, and is part of the result of a research on Master's, in which we collected data in Rodas de Conversas with thirty-seven students, between 17 and 19 years old, from a high school in the city of Choró-Ceará (2018-2019). The results indicate the potency of working with heritage, in a critical perspective, in the teaching of history, in order to contribute with reflections and problematizations of the subjects involved. At the same time, they show the different conceptions

<sup>1</sup> Professor de história da rede de ensino do Estado do Ceará. Graduado em história pela a Universidade Estadual do Ceará- UECE. Especialista em Metodologia do Ensino de História e Geografia. Mestre em história e letras pelo Mestrado Interdisciplinar em História e Letras – MIHL, pela Universidade Estadual do Ceará – UECE. Membro do projeto de extensão “O Professor de História e o Patrimônio Cultural: faz escuro, mas eu canto”.

<sup>2</sup> Graduada em História Pela Universidade Estadual do Ceará- UECE. Doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN. Pós-doutora em Educação pela Universidade Federal de Uberlândia - UFU; Professora do Mestrado Profissional em Ensino de História da UERN e da URCA. É líder do Grupo de Pesquisa “História, Memória, Sociedade e Ensino”. Subcoordenadora do projeto de Estensão “O Professor de História e o Patrimônio Cultural: faz escuro, mas eu canto”. Coordena três projetos de iniciação científica, aprovados pelo CNPq, FUNCAP e IC UECE (2020-2021), ligados Às temáticas do livro didático, Formação de docente e educação patrimonial. Assessora da Pró-reitoria de Pós-graduação e pesquisa da UECE.





of the students in relation to the local heritage, that is, their contestations, claims and/or belonging in relation to these cultural goods.

**Keywords:** Heritage; Patrimonial Education; History teaching.

## 1. INTRODUÇÃO

O campo do patrimônio cultural é um espaço permeado por disputas e tensões entre os diferentes sujeitos e grupos da sociedade. Neste contexto, Angelo e Siqueira, asseveram que a “construção do conceito de patrimônio cultural parece envolver uma constante disputa de significados temporalmente constituídos” (2018, p.64). Isto nos convoca à reflexão sobre o aspecto de que o patrimônio não é algo natural, não ocorre numa espécie de sobredeterminação de aspectos de uma cultura elitista impostos de maneira unilateral aos setores subalternizados.

Almejamos compreender os embates e apropriações em torno do patrimônio, perceber as relações estabelecidas pelos sujeitos e grupos sociais na constituição de seu patrimônio, processo caracterizado por diferentes práticas adotadas por esses agentes frente às condições estabelecidas pelos grupos dominantes.

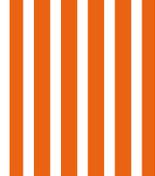
Para refletir sobre essa questão, recorreremos ao conceito de tática elaborado por Certeau (1998), a partir do qual analisaremos a capacidade inventiva dos sujeitos, suas diferentes maneiras de fazer, como formas de resistência frente às imposições manifestadas nos discursos, concepções, narrativas oficiais em relação ao patrimônio cultural.

Mesmo que setores dominantes da sociedade atuem na seleção e constituição dos bens patrimoniais de um determinado lugar (país, região, município), há agentes sociais que operam nesse processo apropriando-se e ressignificando esse patrimônio. Deste modo, “há de se conceber os sujeitos e suas estratégias como formas de resistência que criam alternativas aos aspectos institucionalizados” (ANGELO; SIQUEIRA, 2018, p. 64- 65).

Em nossas escolhas metodológicas adotamos uma abordagem qualitativa como recurso para desvelar o objeto em análise. Quanto ao método de pesquisa trabalhamos com a pesquisa-ação. Como metodologia utilizamos as Rodas de Conversa, a partir das quais foram coletadas as falas dos nossos sujeitos de pesquisa, estudantes do Ensino Médio de uma escola pública.

Optamos por trabalhar com estudantes dos 3º anos, com idades entre 17 e 19 anos, considerando o fato de estarem concluindo a etapa final da educação básica. O processo de seleção ocorreu a partir de um convite e adesão voluntária dos (as) participantes. No total tivemos a





participação de 37 educandos (as), sendo um grupo de 15 em 2018 e outro com 22 educandos no ano de 2019.

O lócus de nossa pesquisa foi a Escola de Ensino Médio Emanuel, localizada no Município de Choró, no Sertão Central cearense. Segundo dados do Censo de 2010 o referido município totaliza uma população 12.853 habitantes, estando a maioria (71%) residindo na zona rural. As principais atividades econômicas locais são a agropecuária, o comércio, a pesca e o serviço público, além de um considerável número de famílias atendidas por programas sociais.

Dentre os bens que constituem tal patrimônio destacamos a barragem e o açude local, a igreja matriz, casarões do DNOCS, escolas, praça central, capelas, casarões do século XIX, “Pedra do Letreiro” (local com pinturas rupestres), práticas religiosas populares (festa de padroeiro, novenas, terços comunitários etc.), atividade da pesca, culinária local, festas juninas, benzedeadas, repentistas etc.

Atualmente o município não dispõe de política de preservação do patrimônio local, fato constatável na ausência tanto de uma legislação específica como de práticas voltadas à preservação e registro dos bens patrimoniais. Diante de tal cenário, esses bens têm sido relegados ao abandono ou mesmo ao desaparecimento diante das transformações urbanas, econômicas, sociais e culturais empreendidas nas últimas décadas.

As Rodas de Conversa com cada grupo de estudante ocorreram em dias diferentes nos meses de outubro e novembro de 2018 e em maio e junho de 2019. Todas elas foram registradas em áudio e vídeo sendo transcritas em momento posterior. Conforme previamente combinado com os referidos sujeitos, mantivemos o nome de cada um dos educandos neste trabalho.

A execução da pesquisa e coleta de dados se deu da seguinte forma: 1) uma primeira “Roda de Conversa”, etapa diagnóstica onde os(as) participantes foram instigados a expressar suas concepções prévias sobre os conceitos de história, memória, cultura, patrimônio e história local; 2) uma oficina histórico-pedagógica, a partir dos conhecimentos prévios partilhados; 3) Aula de campo no centro da cidade de Choró, local mais antigo e a partir do qual se deu surgimento daquele núcleo urbano; 4) Por último, uma segunda “Roda de conversa” onde foi proposto aos participantes que partilhassem suas percepções e análises posteriores sobre a concepção de patrimônio cultural.

Nesta última Roda de Conversa foi solicitado aos educandos (as) a produção de desenhos representando o que consideravam como patrimônio local. Os desenhos e as falas dos(as)





educandos(as) constituíram-se em fontes de análise de nossa pesquisa de mestrado que teve como tema “*O Patrimônio Local na perspectiva de alunos(as) do Ensino Médio de Choró/Ceará*”.

Por questão de ordem metodológica trataremos neste artigo apenas algumas das falas dos estudantes registradas no decorrer das Rodas de Conversas. Propomos compreender como esses sujeitos da pesquisa se situam em relação ao patrimônio de Choró, suas concepções a respeito dos bens culturais locais, como os representam, que significados atribuem a esse patrimônio. Além disso, buscamos perceber como esses(as) educandos(as) mobilizam patrimônio local ao processo de construção de seus pertencimentos.

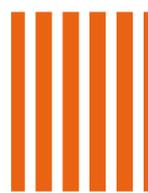
## **2. ENTRE PERMANÊNCIAS E TRANSFORMAÇÕES: DIFERENTES APROPRIAÇÕES DO PATRIMÔNIO LOCAL**

### **2.1 Patrimônio Material**

As ações e práticas adotadas em torno da educação patrimonial devem pautar-se no compromisso de construir espaços de reflexão sobre os bens culturais que constituem o patrimônio de um determinado lugar. Elas devem consolidar-se como espaço de escuta e de diálogo entre os sujeitos envolvidos, como meio de se evitar a ocorrência de uma “violência simbólica” (BOURDIEU, 1989), isto é, que a educação para/sobre o patrimônio se torne erroneamente associada à perspectiva instrutivista, tal como propagada no final dos anos 1990 no Guia de Educação Patrimonial (1999), a partir da qual “a educação é considerada apenas como “transmissão de conhecimento” (TOLENTINO, 2016, p. 40).

Compreendemos educação patrimonial como um conjunto de práticas voltadas à construção democrática de outros conhecimentos sobre os bens culturais de modo que contribua para o entendimento do patrimônio, do contexto de sua produção e dos processos envolvidos; educação patrimonial como mecanismo que propicia a construção crítica dos conhecimentos, que possibilita a atuação dos sujeitos na transformação da realidade, ou seja, acreditando que “Um trabalho sistemático com o patrimônio permite a leitura crítica dos bens culturais e da dinâmica cultural dos diferentes grupos sociais.” (MACHADO; MONTEIRO, 2010, p. 37).

Neste ponto analisamos como os (as) estudantes avaliam as transformações e permanências em torno do patrimônio local, bens natureza tangível e intangível. Inicialmente, trataremos do patrimônio material presente no espaço urbano do município mencionado por esses sujeitos.



Em suas falas os estudantes contemplam os seguintes bens materiais: 1) a Escola Dom Bosco, primeira instituição de ensino no município, criada em 1964 (quando Choró era Distrito de Quixadá); 2) a Barragem do Açude Pompeu Sobrinho, construída em 1932-1933 por ocasião da “seca de 32”; 3) a Igreja Matriz, edificada no período de 1932-1933; 4) os Casarões do DNOCS (Departamento Nacional de Obras Contrás as Secas), construídos em 1932 e utilizados como escritório e residência dos funcionários que dirigiam e fiscalizavam as “obras da seca”; 5) o Centro da cidade, que surge a partir dos anos 1930; e, 6) a Praça Central, construída na década de 1970.

Os(as) estudantes destacaram em suas falas os aspectos observáveis, isto é, a materialidade estética desses bens:

A estrutura da igreja e parte do Dom Bosco (escola) permaneceu. A barragem continua a mesma. Mas a galeria (da barragem) adquiriu grades, algumas casas mudaram e a praça passou por várias transformações. (ROSELI). (**grifo nosso**)

As permanências são os locais, as estruturas com poucas modificações. O que mudou foi as pinturas e os detalhes nas estruturas dos patrimônios. (MANOEL).

Eles permaneceram no mesmo local, mas as pinturas mudaram e passaram por pequenas reformas. (NATHÁLYA).

Esses(as) estudantes destacam permanência de elementos básicos da estrutura dessas edificações. Opiniões estas que são contestadas por outros(as) educandos(as) que, mesmo admitindo a permanência de aspectos pontuais, ressaltam variadas modificações no decorrer do tempo no patrimônio, como é o caso da praça central que recebeu expressivo destaque:

Quase todas permaneceram. A única coisa que ficou bem diferente foi a praça central. (ÉRIKA).

Os que permaneceram estão em descaso e que foram transformados tem pouco de sua aparência primária. (LINA).

As permanências são as estruturas de alguns lugares como a igreja, a barragem e as casas do Dnocs. As mudanças aconteceram nas criações de novas casas no centro da cidade e mudaram bastante a praça local. (LUCAS)

Tais falas indicam que certos bens culturais resistiram às transformações ocorridas com o passar dos anos. Destaca que o atual processo de urbanização tem contribuído para o desaparecimento de construções antigas ou, no mínimo, causado profundas alterações em suas estruturas, isto é, descaracterizando ou reconfigurando o cenário urbano local.

Sem recorrer a julgamentos sobre se é positivo ou não o desaparecimento de monumentos, espaços e construções antigas, cabe mencionar que a sede do município de Choró tem sofrido nos últimos anos com um processo de intensa transformação de sua arquitetura, em especial, no centro da cidade que concentra o maior número de tais edificações. Nesse ritmo, percebe-se que estas

construções (e espaços) do passado vão sendo sucumbidas (os) pela imposição e/ou necessidades de transformações processadas no presente.

Outros educandos enfatizam as reformas a que esses bens foram submetidos ao longo dos anos. Para eles as reformas foram cruciais, pois, mesmo sendo transformados foram preservados e chegaram até tempo presente, como é o caso da praça central e, principalmente, da igreja matriz da cidade:

A igreja foi reformada, ficou maior. (FERNANDO).

A praça mudou muitas coisas, e a igreja passou por reformas. (MARIANE).

A igreja foi reformada, assim como a praça central que, também, mudou muito. (CLEONICE).

Na igreja teve a reforma e preservou ainda mais. O maior patrimônio material do município, eu considero ser o maior. Porque, questão que foi a partir da capelinha que virou a igreja matriz da cidade e hoje graças a Deus, a diocese fizeram uma fiscalização e eu acho que ainda tá no mesmo formato de quando foi construído. (SHELLDON).

Outro bem mencionado foi o Centro Educacional Municipal Dom Bosco, a mais antiga instituição de ensino do município e onde considerável parcela dos sujeitos da pesquisa estudou o ensino fundamental. Situada na sede do município, a escola ainda nos dias de hoje contribui com o acesso à educação dos municípios.

As observações apontadas dizem respeito às transformações pelas quais passou, de modo especial as mudanças na estrutura do prédio e construção da quadra esportiva da unidade escolar:

O Dom Bosco, antes, era dividido. E não tinha quadra. (PABLO).

Eu acho que na questão de estrutura, a escola Dom Bosco, não sei se é a mesma. A questão da quadra que era aberta, ai o prédio é o mesmo ali. (MANOEL).

Sobre os desses bens, lançamos alguns questionamentos que fomentaram o debate e a reflexão nas “Rodas de Conversa”. Solicitamos aos jovens que expressassem suas percepções a respeito das relações estabelecidas entre a sociedade e o patrimônio local e que mencionassem o estado atual dos bens materiais de Choró por eles(as) citados.

A argumentação de determinados(as) estudantes se concentrou na questão da preservação dos referidos bens que, de alguma forma, representam marcas da história local. As falas evidenciam a ausência de práticas de preservação do patrimônio local por parte tanto do poder público como da própria sociedade:

É muito desvalorizado. As pessoas não dão muita importância. (JAKELINE).

Infelizmente, a maioria deles não são valorizados. As pessoas não se importam de cuidar e preservar. As pessoas descuidam, usam de forma errada. (PATRÍCIA).

Em alguns lugares temos um total descaso, mas tem o exemplo da praça e da igreja que ainda são conservadas. (LÚCIA).

Pouco acontece isso (preservação). Falta interesse de todos. Falta atenção para os patrimônios de nossa cidade. (CLEONICE). (**grifo nosso**)

Alguns lugares são preservados, outros não. Alguns não são preservados. Na minha opinião, é por conta do descaso do poder público, que nem ta aí, se vai cair ou não. (LUCAS).

Na nossa cidade, a maioria é como se fosse só mais uma construção velha prestes a cair. A igreja é bem conservada. A escola Dom Bosco foi reformada, mas os alunos não respeitam. As casas antigas necessitam de reparo, a galeria e a barragem também estão se acabando. (ROSELI).

O patrimônio é uma responsabilidade conjunta do Estado e da sociedade. Cabe àquele fomentar e implementar políticas públicas e mecanismos para salvaguardar elementos culturais que sejam significantes para a trajetória e para as identidades dos diferentes grupos sociais.

À sociedade cumpre participar do processo de escolha dos bens patrimoniais que representam suportes para seus pertencimentos, que oferecem sentido à trajetória coletiva. Afinal, segundo Nunez (2016, p.195) é a sociedade “quem dá sentido e conteúdo ao patrimônio, reconhecendo determinados edifícios, lugares, costumes e pessoas como sendo relacionados à nossa identidade coletiva”.

Deste modo, as falas abordam como a sociedade tem se portado diante dos referidos bens culturais. Evidenciam certo distanciamento dos sujeitos em relação ao patrimônio local, fato que se traduz na falta de interesse, destruição, desvalorização e/ou indiferença por parte dos moradores em relação a esses bens.

A nosso ver, tais circunstâncias podem estar relacionadas, de um lado, com a ausência de ações educativas voltadas ao patrimônio, as quais fomentariam reflexões sobre o tema de modo a propiciar problematizações, contestações e ressignificações desses bens culturais.

Por outro lado, isso indica a falta de identificação dos moradores com os referidos espaços, monumentos e construções. O pouco envolvimento dos habitantes na preservação desses elementos manifesta uma situação de não reconhecimento com/nesses bens. Isso pode ser explicado pelo fato de que o patrimônio é construído socialmente, isto é, “A conversão de objectos

e fenômenos culturais em patrimônio não é espontânea nem natural. Nem sequer é um fenômeno cultural universal. O patrimônio constrói-se” (SILVA, 2003, p. 85).

Construído socialmente pelos diversos sujeitos e coletividades, o patrimônio produz sentido para esses grupos sociais à medida que se sentem nele representados. Para Guimarães (2015) os indivíduos e grupos envolvem-se, lutam/reivindicam pela/a preservação; cuidam dos bens culturais quando estes acionam seus pertencimentos; quando no processo de escolha a pluralidade de suas respectivas histórias, memórias e experiências são ali consideradas. Para esta autora:

[...] sem a percepção dessa pluralidade de memórias e histórias, o sujeito que não teve sua história contemplada na versão que identifica como monolítica e saudosista tenderá a experimentar a sensação de desenraizamento e a ter dificuldades para compreender a existência de um passado e de experiências vividas coletivamente na cidade, para além daquelas cristalizadas por tal versão (GUIMARÃES, 2015, p. 94).

As ações em educação patrimonial devem pautar-se também no compromisso com a cidadania. Os indivíduos, enquanto cidadãos, no exercício dos seus direitos e deveres, participam (ou, podem e devem participar) ativamente das decisões e processos nos quais os interesses da coletividade são implicados.

Nesse contexto, ao se referirem ao estado em que se encontram determinados bens algumas, determinados dos(as) educandos manifestaram seu desconforto com a postura da sociedade e do poder público em relação ao patrimônio local. Enfatizam a atuação/omissão do poder público quanto a preservação patrimônio local:

Com o passar do tempo foram ficando “destiorados” (deteriorados). (BEATRIZ).  
**(grifo nosso)**

Degradação. Tem monumentos que tão rachados e não estão bem conservados. (GEAN).

Reforma em uns cantos ou deteriorações em outros, como o descuido e abandono. (NETO).

Os que permaneceram hoje estão “destiorados” (deteriorados) e os que foram transformados ainda guardam algumas de suas características históricas. (KÁLYNE).  
**(grifo nosso)**

O posicionamento desses(as) alunos(as) denuncia a omissão do poder público com o patrimônio. Tal atitude pode comprometer o acesso à memória por parte dos cidadãos, assim como o próprio exercício da cidadania, uma vez que esse contato com os bens patrimoniais permite aos

sujeitos empreenderem problematizações, contestações, ressignificações e adotarem posicionamentos sobre a história local.

Consonante com este entendimento, Oriá (2005) afirma que a preservação do patrimônio está estreitamente associada à questão da cidadania, pois implica o contato dos cidadãos com elementos culturais que se constituem fragmentos da memória do lugar em que vivem. Assim, segundo o pesquisador, é:

[...] a memória dos habitantes que faz com que eles percebam, na fisionomia da cidade, sua própria história de vida, suas experiências sociais e lutas cotidianas [...], sem a memória não se pode situar na própria cidade, pois perde-se o elo afetivo que propicia a relação habitante-cidade, impossibilitando ao morador de se reconhecer enquanto cidadão de direitos e deveres e sujeito da história (ORÍÁ, 2005, p. 139).

Neste âmbito, certo estudante relata que a falta de compromisso de determinados(as) moradores(as) locais não se restringe a espaços e construções antigas. Destaca que tais ações /omissões se estendem a bens culturais e espaços de sociabilidade construídos e utilizados no tempo presente. Refere-se a equipamentos públicos disponíveis na praça central da cidade. Conforme relata: “As pessoas não ligam mais, não valorizam o que tem. Tiro como exemplo as diversas obras que teve, de parque, brinquedos, academias para os idosos e crianças. São todos quebrados e esquecidos por muitas pessoas hoje em dia” (PABLO).

Outros(as) educandos(as) argumentam que a falta de valorização e preservação do patrimônio cultural pela sociedade consiste na falta de conhecimento, isto é, a ausência de informações sobre os bens patrimoniais. Para eles, saber sobre o patrimônio local seria fundamental para que a sociedade se envolvesse na preservação e na cobrança pela salvaguarda destes bens:

Não conhecem eles por completo ou a história que têm, a importância que têm. (FERNANDO).

Muitos vandalizam, talvez por não conhecer a história por trás deles. Creio que pensam que não é importante pois não conhecem a sua história. (NATHÁLYA).

Eles (habitantes) não foram educados pra isto. Não têm um conhecimento da história desses lugares. Em sua grande maioria, não sabem o que é realmente patrimônio. (CLEONICE). (**grifo nosso**)

Pouquíssimas pessoas conhecem sua história (do patrimônio) e acredito que nem se interessam tanto por ela. Acho que só os mais idosos, por terem vivenciado alguns momentos. (GEOVANA). (**grifo nosso**).

Nestas opiniões reverbera a noção do “conhecer para preservar”, jargão predominante no Brasil no decorrer do século XX e que, de maneira descontextualizada, foi sendo incorporado aos discursos e ações voltadas ao patrimônio no país. Rodrigo Melo Franco de Andrade, quando esteve

à frente do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), julgava que o conhecimento sobre o patrimônio fomentaria o envolvimento afetivo dos indivíduos e grupos que resultaria na sua preservação.

Tal noção vem sendo problematizada e até mesmo rechaçada por diferentes teóricos. Scifoni (2019), mesmo considerando a relevância do conhecimento a respeito dos bens patrimoniais, tem questionado essa relação indissociável e de causalidade entre conhecimento e preservação do patrimônio. Para a autora, atribuir a responsabilidade de preservação dos bens culturais unicamente à questão do conhecimento corresponderia à despolitização e esvaziamento do complexo debate sobre patrimônio cultural, sustentando que:

Despolitiza porque, de um lado, credita à “ignorância” da população as mazelas do patrimônio, o que acaba por desresponsabilizar determinados sujeitos sociais ao atribuir a um conjunto geral, indefinido e ser genérico chamado de “população”, a culpabilização pela situação dos bens culturais. Deixa de se explicitar e debater os processos que estão por traz destas intervenções, assim como os interesses políticos e econômicos e as formas de atuação para viabilizá-los (SCIFONI, 2019, p. 25).

Para Gonçalves (2012), essa mudança de percepção acompanha uma reconfiguração em curso desde o final do século XX, na qual o conceito de patrimônio se amplia e não mais é exclusividade de ações impositivas do Estado. Ao contrário, o que se tem visto a partir desse período é o envolvimento de outros atores sociais estabelecendo, reivindicando ou mesmo contestando patrimônios culturais.

## 2.1 Patrimônio Imaterial

Retornando ao ponto de análise sobre os bens culturais de Choró, os estudantes destacaram diversos bens culturais intangíveis que ao longo do tempo teve (ou ainda têm) forte presença nas diferentes localidades do município, como: festas juninas, práticas religiosas, os saberes das benzedeiças, repente/cantoria, comidas típicas, crenças populares, hábitos, costumes e práticas da pesca e da agricultura.

Sobre as festas juninas, também denominadas de “quadrilhas”, os educandos(as) destacaram as permanências e transformações nessa forma de expressão que caracteriza tanto a cultura local como a da região Nordeste,;

As quadrilhas de antes era só pra se divertir e agora é pra competir. Mas o forró do interior ainda permanece, a sanfona, né. (NETO).

Sim. Antes era algo pra diversão. Hoje são algo pra disputa. A quadrilha permanece, mas de um modo modificado. (EDUARDO).

É que, por exemplo, são usadas agora como competição e não como diversão. Acho que de permanência foram as músicas de forró e a sanfona. (LÍVIA).

As quadrilhas, antigamente, minha mãe dizia que, era voltada só para a alegria e os passos (...) ai ela disse que não é o mesmo passo, não tá sendo os mesmos passos, não tá sendo assim aquela vontade de dançar. Agora é mode competição, ai tipo assim, ela olhou ai disse: “não, isso não tem nem mais o nome de quadrilha, nem é pra ser nem mais quadrilha, porque não tem mais sentido nenhum”. (KALYNE).

A gente também compara em relação às vestimentas, porque as coisas antes era muito difíceis e não tinha tanto símbolo de roupas, que nem os meus pais dizia que era como se fosse representação do caipira. (NETO).

E também as culturas de hoje em dia são modificadas, mode as tecnologias, mode os modos de vivência. As festas juninas, como os meninos já citaram, hoje a festa junina está, é... se modificando, porque antigamente elas são rodas de festejos, né!? rodas de comemorações, e hoje são o quê, é... festa junina é hoje tem o que,...tem como é o modo de dançar, né... disputa entre quadrilha hoje, tem como é o modo de vestir, o modo de dançar... é diferente de antigamente, né, as convivência hoje em dia são diferente como era antigamente. (ISMAEL).

As quadrilhas são práticas culturais ainda vivenciadas por determinados grupos sociais em suas respectivas localidades. Todavia, assinalam as transformações pelas quais têm sido submetidas. Sobre o que foi transformado, destacam as vestimentas, a atuação dos brincantes, as coreografias e a própria finalidade ou sentido dessa expressão cultural.

Cabe ressaltar, todavia, que a transformação em si pode não ser algo negativo, visto que as manifestações culturais estão vivas e assim se transformam com o/no tempo. O que pode ser prejudicial é uma transformação que desconsidere a historicidade dessas marcas do passado à medida que se projeta uma homogeneização de tais práticas culturais.

Para Albuquerque (2013), que investiga as transformações em relação à quadrilha, em especial, a transição de uma prática cultural caracterizada pela espontaneidade e diversão para o processo de espetacularização, reforça que “Nos últimos anos, as apresentações de quadrilhas juninas passaram por um intenso processo de modificações, estão mais profissionais (menos amadoras) e muito mais modernas, pois não é simplesmente uma dança, é um espetáculo” (ALBUQUERQUE, 2013, p. 47).

A crítica ou constatação dos(as) alunos(as), vincula-se à ideia de que um bem cultural deveria ser/ficar “congelado” no tempo, sem sofrer quaisquer transformações produzidas pela ação dos grupos sociais que lhes praticam, vivenciam e atribuem-lhes outros sentidos.

A problemática aqui evidenciada refere-se a uma pretensa imutabilidade desse bem cultural. No entanto, mesmo concordando com a constatação de que essa prática cultural tem sido paulatinamente modificada, entendemos que:

Este patrimônio cultural imaterial, que se transmite de geração em geração, é constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função de seu ambiente, de sua interação com a natureza e de sua história, gerando um sentimento de identidade e continuidade e contribuindo assim para promover o respeito à diversidade cultural e à criatividade humana (UNESCO, 2003, p. 04).

Sobre as festividades juninas cabe ainda considerar que se constituem como um dos principais elementos de identificação da cultura nordestina. Sendo de origem europeia, foi trazida ao Brasil no período da colonização, interiorizada à medida os colonizadores expandiam seus domínios em direção ao sertão.

No sertão nordestino, as quadrilhas juninas foram ressignificadas e sendo-lhes atribuídos outros sentidos pelos habitantes locais. Deste modo, assume um caráter de manifestação popular, uma vez que concentravam elementos e símbolos que constituíam o cotidiano e os modos de vida das populações sertanejas.

Pensá-las apenas como um tipo dança restringe a complexidade que está em volta desse bem cultural. Associada a essa manifestação estão outras práticas como modo de vestir, crenças, superstições, sociabilidades, saberes, fazeres, culinária, dentre outros.

Nesse sentido, algumas estudantes também destacaram a culinária local associada às festas juninas. Certa discente ressaltou que um dos elementos que caracterizam essas festividades é a permanência de “algumas das comidas típicas da festa” (LÍVIA). Tal entendimento é corroborado por outra estudante ao relacionar a culinária típica de sua localidade com o período do mês de junho. Segundo ela, “no mês de junho, né, senta todo mundo lá fora, faz a fogueirinha, milho assado, e é isso” (ÉRIKA). Por sua vez, mesmo admitindo que a culinária do período junino tenha tido, no passado, forte presença em sua comunidade, salienta que atualmente “as culinárias foram esquecidas” (ADRIELE).

Outra manifestação cultural citada pelos(as) estudantes foi a religiosidade popular, em suas diferentes formas e práticas, como novenas, festividades de padroeiros, terços comunitários, celebrações, coroação e cultos evangélicos.

Um educando, ao falar sobre religiosidade de sua comunidade, destaca o novenário do mês de maio e a “Coroação de Nossa Senhora”, evento religioso com ocorrência no quinto mês do ano

que, segundo a devoção católica, dedica-se à Maria mãe de Jesus Cristo. Segundo o jovem, em meio a diversas transformações permanece em sua comunidade ainda nos dias atuais “só as novenas do mês de maio”. Segundo ele, os(as) moradores(as) “prezam pela não mudança. Todos os anos acontece tudo do mesmo jeitinho” (WELTON), como forma de preservar e manter a tradição.

Apontando mudanças ocorridas na/com a religiosidade local, outros (as) educandos(as) também relatam sobre a configuração das práticas religiosas das localidades em que vivem. Não indicam os fatores que teriam fomentado esse processo, restringindo-se a citar o que em suas percepções estava sendo transformado:

Vem se modificando e perdendo seu antigo sentido para que antes era feito. (CAIO).

O povo hoje não estão mais indo participar das celebrações. (GEAN).

Lá no São José, as festas de São José, antigamente, o pessoal fazia as celebrações. Geralmente era o mês todo fazendo em casa em casa e reunia muitas pessoas. Era tipo uma forma de reunir a população. Mas hoje em dia o pessoal tá nem aí mais. As celebrações é tudo na igreja e também a quantidade de pessoas diminuiu bastante. (NETO).

E também a faixa etária de idade também. Que nós podemos notar que antigamente tinha gente de todas as idades e agora na atualidade você entra pra ouvir uma celebração nas comunidades é mais o pessoal idoso e as crianças pequenas, algumas que é obrigada pelos pais. (ISMAEL).

Pois ao passar do tempo, algumas (práticas religiosas) são esquecidas, outras são praticadas ainda, mas não da mesma forma. (KALYNE) (**grifo nosso**).

Sem o propósito de oferecer uma explicação para o complexo processo de mudanças evidenciado nas falas dos(as) estudantes, cabe a nós refletir e situar tais práticas religiosas em um contexto marcado por constantes transformações, permeado por diferentes processos que influenciam e alteram comportamentos humanos, seus costumes e hábitos. Em decorrência disso, modificam as relações estabelecidas/construídas entre sujeitos e os bens culturais do lugar em que vivem.

A partir de tais relatos é perceptível que as práticas religiosas vivenciadas nessas comunidades não se restringiam à dimensão religiosa. Também se constituem enquanto espaços de sociabilidades. Era/é a ocasião de celebrar a fé, a devoção e perpetuar uma tradição de maneira coletiva. Todavia, também era/é o local de encontro dos(as) moradores(as), momento de partilha coletiva de suas experiências sociais.

No contexto atual, permeado pelo avanço contínuo das tecnologias que se expandem sobre o campo das comunicações, do entretenimento e do lazer, alcançando os mais remotos lugares, tais práticas culturais tornam-se suscetíveis a mudanças. A argumentação feita a respeito da diminuição

da participação dos indivíduos, principalmente dos mais jovens nessas atividades religiosas, evidencia a existência de outras formas de sociabilidades disponíveis a esses sujeitos e por eles apropriadas.

Embora em suas falas os(as) estudantes destaquem a forte presença do catolicismo, historicamente estabelecido em suas respectivas comunidades, é necessário considerar que outras crenças e religiões atualmente coexistem no município. Se antes a religiosidade popular de cunho católico foi hegemônica no município, na contemporaneidade ela convive com a emergência de outros credos e religiosidades, conforme pudemos verificar na fala de uma estudante ao afirmar que “Na minha comunidade o que predomina muito é a igreja evangélica, que é bem pequena só que lá tem quatro, três é evangélica” (ÉRIKA).

Lendas e crenças populares também foram mencionadas por duas discentes de uma determinada na localidade rural (Boa Vista). Uma delas afirmou que “estas crenças continuam muito fortes, até hoje” (LUIZA). Concordando com essa afirmação, outra estudante acrescenta que “Sim! Existem as pessoas que contam, principalmente, de pessoas que se transformavam em animais (risos), em cachorro, jumento. Se tu chegar na casa de alguém e perguntar alguma coisa a primeira coisa que eles vão dizer é isso, as pessoas, citam o nome, citam nomes” (TAYNÁ).

Por outro lado, certos(as) educandos(as) se referem às inovações tecnológicas que marcam o mundo globalizado como fatores que impulsionam a transformação ou o desaparecimento de determinados hábitos locais. Ressaltam que, “Muitas coisas mudaram. Com o avanço da tecnologia, foi-se esquecendo alguns valores do local. Foram sendo esquecidas as brincadeiras, a culinária” (JOSÉ).

Confirmando essa constatação, outra estudante reclama que momentos de sociabilidades, de encontros e de vivência partilhada de hábitos, crenças e costumes têm deixado de serem praticados. Em sua opinião, “as rodas de conversa, as crenças, as brincadeiras, por exemplo, estão sumindo, as pessoas não ligam muito em preservar” (ADRIELE).

Outro educando reforça que o hábito cotidiano de conversar com a vizinhança, de partilhar experiências, que no passado teria sido constante e coletivamente vivenciado, estaria em processo de desaparecimento nos dias atuais, mesmo que ainda praticado pelos(as) moradores(as) mais velhos(as) da comunidade:

Assim, o convívio com as pessoas, com familiares mais antigos, é...avô, avó, que tinha aquele hábito de antigamente de ir para as casas vizinhas conversar, né, jogar conversa

fora, e hábito que hoje a sociedade também tem, não cotidiano mas, aqui acolá a gente vê pessoa que vai na casa do outro, conversa né, coisa as vezes do passado, do presente e também a educação que os idosos trouxe para hoje... por que as vezes o pai da, o pai ou a mãe da gente ainda vive aquela cultura que seus pais antigamente vivia, né. Mesmo que a gente, adolescente vive hoje num mundo de tecnologia, mas eles não tinham esse hábito de tecnologia, né. (ISMAEL).

As brincadeiras tradicionais também estão entre as práticas culturais que, na percepção dos alunos, estariam em processo de extinção no referido município. A inserção das tecnologias no tempo presente é considerada a principal causa para essas transformações nos hábitos locais:

As brincadeiras folclóricas, hoje mal se brincam. O que está tomando cultura é a tecnologia. (PABLO).

No tempo que eu estava lá no grupo, lá na nossa localidade, eu sinto falta daquelas brincadeiras tipo: amarelinha, esconde-esconde, pega-pega. E hoje em dia, morreu! Por causa que hoje em dia com a tecnologia, os pais deixam as crianças se levar pelo celular, essas coisas (brincadeiras) acabam morrendo. (NETO). (**grifo nosso**)

Saberes, tradições, modos de fazer, costumes, práticas culturais socialmente vivenciadas pelos sujeitos podem contribuir com a constituição identitária de determinado lugar e de seus habitantes. Esses bens culturais, pelos sentidos a eles atribuídos, são referências culturais para os indivíduos e suas respectivas coletividades.

Assim, esses bens culturais inseridos no cotidiano da sociedade também estão sujeitos às transformações em curso e que, dependendo da relação com que tais sujeitos/grupos estabeleçam com elas, estão expostas a permanências, transformações ou mesmo ao desaparecimento nas práticas da sociedade contemporânea.

Neste âmbito, certos educandos citaram a prática das benzedeiras ou “rezadeiras”. Ressaltaram que no passado esse saber teve maior expressão na vida social e cultural do lugar em que moram, sendo utilizado como mecanismo alternativo de cura da saúde da população. No entanto, reconhecem que no presente esse bem imaterial vem perdendo espaço na cultura local. Indivíduos e grupos pretensamente não valorizam esse bem cultural, fato que tem contribuído para seu desaparecimento:

Muitas manifestações culturais estão sendo esquecidas, como as rezadeiras. (KALYNE).

Eu acho importante porque geralmente tinha muitas benzedeiras. Aí elas, esse povo da atualidade agora não aprenderam com elas, (...) de geração em geração. Aí tá se passando o tempo e se acabando as pessoas e num tem. (MATHEUS).

Como o Matheus tava falando, rezadeira... tem gente que não tá mais acreditando porque a fé da pessoa vai acabando e não tão querendo levar essa cultura, como outras culturas, pra frente. (GEAN).

Muito pouco! Lá minha região mesmo. Sim! E pessoas que procuram, tem muita gente que nem acredita. (TAYNÁ).

A fé hoje em dia tá diferente. (ADRIELE).

As falas dos(as) estudantes nos permitem visualizar a noção de patrimônio numa perspectiva ampla e plural em que diferentes bens culturais, em suas mais distintas dimensões, são indicados como patrimônio local. É o caso, por exemplo, do repente ou “cantoria”, que também foi citado(a) por um estudante. Mesmo não tendo contato diretamente com essa forma de expressão, mas com base em depoimentos de familiares, ele entende que foi uma prática cultural de considerável significância para sua comunidade:

Eu não conheci os cantadores, mas me lembro muito da minha vó dizer que logo quando ela se juntou com meu vô, era normal se reunir numa casa (para escutar/assistir às cantorias). Meu vô também era cantador (inaudível). Aí as pessoas pediam uma música e eles iam cantar (inaudível). Hoje é muito difícil. E antigamente, a minha vó dizia, era um local, quase toda noite. Uma noite a minha vó ia chamar as pessoas pra ir lá pra casa dela, e se reunia as pessoas lá da fazenda Teodósio. (GEAN). (**grifo nosso**)

Por último, alguns(as) estudantes, citaram a agricultura e a pesca artesanal, atividades predominantes no município como base da sua economia. Enfatizaram os processos de transformação os quais vêm passando:

Eu acho que a agricultura nem tanto, porque tipo, a agricultura pode ter mudado algumas técnicas, mais a pesca. (SHELLDON).

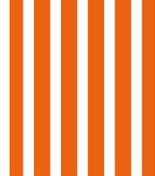
O plantio e a colheita agrícola, que antes era manual, e hoje tem o uso de máquinas. (JOSÉ).

Antigamente o pessoal mais idoso, era cultivado no animal, agora tem a máquina. Também agora tem os inseticidas. Antigamente o povo comprava inchada pra limpar o mato, agora bota aquele veneno pra matar o mato. (ISMAEL).

Antigamente o pessoal ia pescar, fazia peixada no açude. Hoje a pesca em si é em questão de criação. (NETO).

Eu acho que o que mudou foi a forma de preservação, porque a preservação da pesca antigamente era muito preservada e hoje os mais velhos estão querendo passar para os mais novos. E os mais novos às vezes não quer. É como se fosse uma coisa imaterial pra preservar e não quer preservar. Acha que é “vergonhoso”, é vergonhoso tá dentro de um açude com uma tarrafa e um galão ou com um anzol ou com um landuá, pescando. E eu acho o que mudou foi isso mesmo. (ISMAEL).

Os(as) estudantes pontuam mudanças que para eles são notórias em relação a essas atividades econômicas que caracterizam a cultura choroense. São práticas que permanecem na



atualidade, porém, transformadas. Há mudanças técnicas visíveis: no preparo do solo, no plantar e colher, nos equipamentos de pesca, assim como no processo de extração do peixe no açude local.

Também tecem algumas críticas sobre como os sujeitos têm executados atualmente essas atividades: utilização considerável de agrotóxico na agricultura e a redução do número de jovens praticando ou interessados em aprender a pesca artesanal. Conforme ressaltado, estes elementos estariam comprometendo a existência, a preservação e transmissão desses saberes para as gerações futuras.

### 3. CONCLUSÃO

Diante do que foi apresentado constatamos a relevância do trabalho com patrimônio, compreendido como matéria-prima para o ensino de história, um tema promissor, munido de possibilidades educativas para a construção do conhecimento histórico escolar, capaz de despertar para a percepção dos múltiplos sentidos da história e da diversidade de sujeitos históricos.

Numa perspectiva crítica, o trabalho com patrimônio deve contemplar diferentes trajetórias e produções culturais dos mais diversos grupos sociais “para que todos conheçam e sintam-se pertencentes aos espaços, lugares de guarda e preservação dos diferentes bens culturais” (PAIM; GUIMARÃES, 2014, p. 96).

Reconhecemos a potência do ensino de história, no trabalho com o patrimônio cultural, em propiciar meios de problematização da memória oficial, socialmente difundida a partir dos bens patrimoniais, contribuindo com a “produção de histórias plurais” (GIL, 2014, p.47).

Nessa perspectiva, o patrimônio inserido no ensino história pode viabilizar outros olhares, fazer emergir diferentes interpretações, diversas apropriações pelos sujeitos implicados nesse processo, os quais criam estratégias (CERTEAU, 1998) de resignificação daquilo que se entende por patrimônio cultural.

Ressaltamos, por fim, a potência da educação patrimonial, pensada como “problematizadora e politizadora” (DEMARCHI, 2016, p.268), em propiciar situações de aprendizagem e de reflexões nos sujeitos envolvidos.

Acreditamos que as ações educativas voltadas ao patrimônio, quando aliadas ao processo de ensino e aprendizagem em história, contribuem para evidenciar as distintas relações estabelecidas entre os sujeitos e o patrimônio local. Da mesma forma, também podem revelar o



processo de construção ou contestação dos seus sentimentos de pertença desses sujeitos com o lugar em vivem.

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE, T. K. A. de. **As quadrilhas juninas e suas transformações culturais nos festivais folclóricos em Boa Vista – Roraima (2001-2011)**. 2013. 154 f. Dissertação (Mestrado em Sociedade e Cultura na Amazônia) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2013.

ANGELO, E. R. B; SIQUEIRA, E. D. de. **Patrimônio cultural na contemporaneidade: discussões e interlocuções sobre os campos desse saber**. Anos 90, Porto Alegre, v. 25, n. 48, p. 51-86, dez. 2018.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

CERTEAU, M. de. **A invenção do cotidiano: 1, Artes de fazer**. Petrópolis: Vozes, 1998.

DEMARCHI, J. L. **Educação patrimonial: políticas, relações de poder e ações afirmativas**. In: TOLENTINO, Á. B.; BRAGA, E. O. (Orgs.). **Educação patrimonial: políticas, relações de poder e ações afirmativas**. João Pessoa: IPHAN-PB. 2016. cap. 5, p. 49-56.

GIL, C. Z. de V. e T; ZALESKI, R. T. I. (Org.). **Patrimônio cultural e ensino de História**. Porto Alegre: Edelbra, 2014.

GONÇALVES, J. **Pierre Nora e o tempo presente: entre a memória e o patrimônio cultural**. Historiae, Rio Grande, v. 3, n. 3, p. 27-46, jan./jun. 2012.

GUIMARÃES, M. de F. **Patrimônio Cultural e Ensino de História: problematizando a colonização do presente pelo passado**. In: ZAMBONI, E; GALZERANI, M. C. B; PACIEVITCH, C (Orgs). **Memória, Sensibilidades e Saberes**. Campinas: Alínea, 2015. cap. 6, p. 90-102.

HORTA, Maria de Lourdes P.; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Q. **Guia básico de educação patrimonial**. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Museu Imperial, 1999.

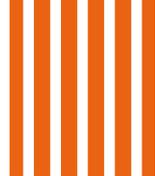
IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA. **Censo de 2010**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/default.shtm>>. Acesso em: 29 jan. 2021

MACHADO, M. B. P; MONTEIRO, K. M. N. **Educação patrimonial e ensino de história: registro, vivências e proposições**. In: BARROSO, V. L. M. et al. (Orgs). **Ensino de História - Desafios Contemporâneos**. Porto Alegre: EXCLAMAÇÃO, ANPUH/RS, 2010. cap. 3, p.25- 40.

NUNEZ, L. O. **As transformações no conceito de patrimônio do IPHAN e suas práticas de tombamento no estado do Espírito Santo**. FACES DA HISTÓRIA, São Paulo, v.3, n. 2, p. 194-212, jul./dez, 2016.

ORIÁ, R. **Memória e ensino de História**. In: BITTENCOURT, C. **O saber Histórico em sala de aula**. 10. ed. São Paulo: Contexto, 2005. cap. 6, p.128–148.

PAIM, E.; GUIMARÃES, M. de F. **História, cultura e patrimônios regionais: construindo e registrando saberes e práticas**. In: **Patrimônio cultural e ensino de História**, (Org.) GIL, C. Z. de V; TRINDADE, R. T. Z. I. Porto Alegre: Edelbra, 2014. cap. 6, p. 91-110.



SCIFONI, S. **Conhecer para preservar:** uma ideia fora do tempo. Revista CPC. São Paulo, n. 27, especial, v. 1, p. 14-31, jan. 2019.

SILVA, E. P. **O mar por tradição:** o património e a construção das imagens do turismo. Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, v. 9, n. 20, p. 83-96, out. 2003.

TOLENTINO, Á. B. **O que não é educação patrimonial:** cinco falácias sobre seu conceito e sua prática. In: TOLENTINO, Á. B.; BRAGA, E. O. (Orgs.). Educação patrimonial: políticas, relações de poder e ações afirmativas. João Pessoa: IPHAN-PB; Casa do Patrimônio da Paraíba, 2016. cap. 4, p. 39-48.

UNESCO. **Convenção para a salvaguarda do patrimônio cultural imaterial**, 2003. Disponível em: [https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000132540\\_por](https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000132540_por). Acesso em: 25 set. 2020.

